

XI ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA (ABCP)

31 de julho a 03 de agosto de 2018, Curitiba – PR

AT Comportamento Político

ESTADOS CAPAZES TÊM CIDADÃOS MAIS FELIZES?

Luma Neto do Nascimento
(UFPE)

Resumo

A percepção da capacidade estatal tem um impacto positivo nos níveis declarados de felicidade? Apesar de já existirem estudos que medem o impacto do tamanho ou da qualidade do Estado na felicidade, os trabalhos existentes usam índices agregados ou dados macroeconômicos para medir esta variável independente. Portanto, este trabalho é o primeiro estudo *cross-sectional* que aborda o impacto da percepção da capacidade estatal nos níveis declarados de felicidade. A principal hipótese deste trabalho é a de que aqueles que percebem os seus Estados como mais capazes tendem a apresentar níveis maiores de felicidade. Usando dados do Latino Barômetro de 2016 para 18 países latino-americanos e a técnica de modelos hierárquicos, os resultados sugerem que as percepções positivas da capacidade geral do Estado e da sua capacidade coercitiva aumentam os níveis de felicidade dos cidadãos. Entretanto, os resultados devem ser interpretados com cautela, pois a variável que mede a capacidade estatal em termos de cumprimento fiscal não mostrou resultados significativos.

Palavras-chave: *capacidade estatal, capacidade coercitiva, felicidade, América Latina, Latino Barômetro.*

Abstract

Does the perception of state capacity have a positive impact on the declared levels of happiness? Although there are already studies measuring the impact of state size or quality on happiness, existing studies use aggregate indices or macroeconomic data to measure this independent variable. Therefore, this work is the first cross-sectional study that addresses the impact of perceived state capacity on the declared levels of happiness. The main hypothesis of this work is that those who perceive their states as more capable tend to have higher levels of happiness. Using data from the Latin American Barometer of 2016 for 18 Latin American countries and the technique of hierarchical models, the results suggest that positive perceptions of the state's overall capacity and coercive capacity increase citizens' levels of happiness. However, the results should be interpreted with caution, since the variable that measures the state capacity in terms of tax compliance did not show significant results.

Key Words: *state capacity, coercive capacity, happiness, Latin America, Latin Barometer.*

ESTADOS CAPAZES TÊM CIDADÃOS MAIS FELIZES?

Luma Neto do Nascimento¹

Introdução

Não é de hoje que existem argumentos para defender a felicidade como um dos objetivos fundamentais do Estado. Bentham (1789) já afirmava que os governos dos Estados deveriam buscar a maximização da felicidade para o maior número possível de cidadãos, e o terceiro presidente dos Estados Unidos, Thomas Jefferson (1809), também declarou que a felicidade humana é o único objetivo legítimo de um Estado bem governado (Kim & Kim, 2012, p. 875).

O Estado pode afetar direta e indiretamente a felicidade dos indivíduos de diversas formas, como: mobilizando recursos; estabelecendo instituições que regulam as relações sociais; prestando serviços públicos como saúde, segurança e educação; dando incentivos à iniciativa privada; e permitindo um maior exercício da liberdade individual, ao manter condições estáveis e previsíveis que permitem às pessoas tomar suas próprias decisões na vida (Kim & Kim, 2012, p. 895; Cogburn & Schneider, 2003, p. 1342; Kirlin, 1996, p.163; Glaser, 1991; Saiz & Clarke, 1999; Veenhoven, 1999).

Políticas estatais específicas também regulam várias facetas das vidas dos seres humanos que podem impactar diretamente nos seus níveis de qualidade de vida, como o casamento, o trabalho e a participação política (Kirlin, 1996, p. 194). Ao implementar determinadas políticas, o Estado também pode interferir no nível de desenvolvimento econômico da nação, e já existem estudos com resultados consistentes que indicam que a prosperidade da economia e menores níveis de desemprego aumentam os níveis de bem-estar subjetivo a nível transnacional (Frey & Stutzer, 2002; Di Tella & MacCulloch, 2005).

Diante dessas evidências, tem havido algum interesse da literatura nas implicações da ação do Estado, especialmente nos valores criados pela sua atuação (Cogburn & Schneider, 2003, p. 1340). Entretanto, existe uma lacuna no que diz respeito ao impacto da percepção da capacidade do Estado nos níveis de felicidade. Por mais que o Estado tenha o papel fundamental de prover serviços públicos, traçar políticas econômicas e fiscalizar o fiel cumprimento das leis, é importante entender até que ponto as pessoas atribuem ao Estado as suas condições de vida e da sociedade em que vivem. Em outras palavras, os indivíduos que percebem seus Estados como mais capazes são mais felizes?

¹ Doutoranda, mestra e bacharela em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco. Bolsista FACEPE. Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0105090716602043>. E-mail: luma.neto@gmail.com

A capacidade do Estado, por ser um conceito multidimensional (Hendrix, 2010), terá a sua percepção medida em duas dimensões: em relação ao seu conceito mais abrangente e no que diz respeito à capacidade coercitiva. A definição geral de capacidade do Estado diz respeito ao *grau de controle que os agentes estatais exercem sobre pessoas, atividades e recursos dentro da jurisdição territorial do governo* (McAdam et al., 2001, p. 78). Por sua vez, a capacidade coercitiva do Estado refere-se à *capacidade de preservar fronteiras, proteger-se de ameaças externas, manter a ordem interna e conter a violência* (Hanson & Sigman, 2013, p. 4).

O conceito de felicidade utilizado será o sinônimo de “satisfação de vida” e “bem-estar subjetivo”, que indicam o grau em que as pessoas declaram estar satisfeitas com suas vidas (Veenhoven, 1996; Flavin et al., 2010, p. 437). Para testar a hipótese de que a percepção positiva da capacidade do Estado aumenta os níveis declarados de felicidade dos indivíduos, serão utilizados dados do Latino Barômetro 2016, um *survey* de 20.204 entrevistas em 18 países latino-americanos². O Latino Barômetro faz *surveys* anuais desde 1995 e as amostras são representativas da população de cada um desses países.

Como esta análise envolve a combinação de variáveis geradas no nível individual e nacional, foi utilizada a técnica de modelos hierárquicos (ou multinível). Os resultados sugerem que, em geral, as percepções positivas da capacidade estatal e da capacidade coercitiva do Estado aumentam os níveis declarados de felicidade dos cidadãos da América Latina, como era esperado. Entretanto, a variável que mede a capacidade do Estado em termos de propensão individual de pagar impostos não mostrou significância estatística.

O artigo está dividido em 3 seções e uma conclusão. A primeira seção revisará o quadro teórico sobre o impacto da capacidade do Estado nos níveis de felicidade. A segunda seção descreverá a estratégia empírica empregada na pesquisa, as variáveis utilizadas e a formulação das hipóteses. A terceira seção resumirá os resultados através da estimação de modelos hierárquicos. Por fim a conclusão sintetizará as principais contribuições do trabalho.

1. Quadro Teórico

Estudos que avaliam a relação entre aspectos fundamentais do Estado e o bem-estar subjetivo são relativamente recentes (Pacek, 2009, p. 241). Esta literatura pode ser dividida de duas formas: uma parte foca no impacto do tamanho do Estado (conceito de Estado de bem-estar social) e a outra na capacidade (ou qualidade) do Estado.

Antes de tudo, é importante diferenciar conceitos. O tamanho do Estado diz respeito

² Países analisados: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

ao alcance das atividades estatais, que se refere às diferentes funções e objetivos assumidos pelos governos (Fukuyama, 2004, p. 21). A capacidade do Estado diz respeito ao *grau de controle que os agentes estatais exercem sobre pessoas, atividades e recursos dentro da jurisdição territorial do governo*" (McAdam et al., 2001, p. 78).

Uma das possíveis causas pelas quais a capacidade estatal não é um conceito frequentemente medido em trabalhos quantitativos é que os estudiosos de diferentes tradições teóricas usam diversas terminologias que refletem o mesmo conceito (Ottervik, 2013, p. 3). Por exemplo, o *"poder do Estado"* (Skocpol, 1979; Mann, 1984), a *"força do Estado"* (Migdal, 2004), a *"capacidade do Estado"* (Hui, 2005; Fukuyama, 2013) e a *"eficácia governamental"* (Rothstein, 2011) são termos que descrevem o mesmo conceito basilar: a capacidade dos Estados para implementar políticas (Ottervik, 2013, p. 4).

Neste trabalho a "satisfação de vida" e o "bem-estar subjetivo" serão utilizados como sinônimos do conceito de felicidade, dado o grande conjunto de evidências documentando que estes conceitos estão altamente correlacionados (Veenhoven, 1996). Conceitualmente, o bem-estar subjetivo refere-se ao grau em que os indivíduos avaliam positivamente a sua qualidade de vida. Os trabalhos que estudam essa variável utilizam a resposta a uma questão que pede aos entrevistados que comentem "como estão satisfeitos" ou como estão "felizes" com suas vidas (Flavin et al., 2010, p. 437).

Os indivíduos que afirmam estar mais satisfeitos com suas vidas também demonstram as características comportamentais e atitudes que transmitem a felicidade: eles riem e sorriem mais do que outros e também obtêm maior pontuação em outras medidas de bem-estar autodeclaradas (Watson & Clark, 1991; Myers, 1993; Myers & Diener, 1995).

A capacidade do Estado pode afetar direta e indiretamente a felicidade dos indivíduos sob sua jurisdição de diversas maneiras, valendo salientar três delas (Cogburn & Schneider, 2003, p. 1342). Primeiramente, ao fornecer os quadros e as instituições nas quais indivíduos, empresas e outros grupos sociais podem criar seus valores, o Estado acaba por criar um valor superior para a sociedade (Kirlin, 1996, p. 163). Por exemplo, um Estado que sustenta uma política democrática cria um dos valores mais importantes em uma sociedade: a capacidade de participação ampla e efetiva na tomada de decisões (Kirlin, 1996, p. 194). Em segundo lugar, a capacidade do Estado afetaria mais diretamente a felicidade através da provisão e produção de serviços públicos básicos como saúde, segurança e educação (Glaser, 1991). Finalmente, a capacidade do Estado impactaria indiretamente no bem-estar subjetivo oferecendo incentivos ao investimento e à atividade privada através de deduções fiscais e subsídios, visto que indivíduos que conseguem abrir seus próprios negócios são mais felizes (Saiz & Clarke, 1999).

Alguns estudos sobre os determinantes políticos da felicidade trataram direta ou indiretamente do tamanho ou da qualidade do Estado como determinante chave da

satisfação de vida (Kim & Kim, 2012, p. 877; Scully, 2001; Radcliff, 2001; Cogburn & Schneider 2003; Ott, 2011; Di Tella & MacCulloch, 2005; Veenhoven, 2000; Bjørnskov et al., 2007; Helliwell, 2003; Helliwell & Huang, 2008; Pacek & Radcliff, 2008; Flavin et al., 2011; Flavin et al., 2014). O objetivo dos trabalhos que abordam o tamanho do Estado é entender como a intervenção estatal para proteger os cidadãos contra as forças do mercado afeta a satisfação de vida dos seres humanos (Flavin et al., 2011, p. 253). Especificamente, alguns estudos encontraram uma relação positiva entre as duas variáveis. O argumento principal é que um governo expansivo pode corresponder aos desejos da maioria dos cidadãos através da provisão de bens públicos que podem trazer aumentos na satisfação da vida (Bjørnskov et al., 2007, p. 269).

Estes trabalhos divergem principalmente na forma de medir o tamanho do Estado. Por exemplo, Radcliff (2001) utilizou o índice "*decommodification*": proposto inicialmente por Esping-Andersen (1990), este indicador reflete a medida em que os cidadãos estão "emancipados" do mercado através da intervenção do governo, no sentido de que eles podem livremente optar por sair do trabalho, quando necessário, sem arriscar seus empregos, rendimentos ou bem-estar geral (Pacek, 2009, p. 244). Radcliff (2001, p. 943-945) encontrou um impacto positivo deste indicador nos níveis de felicidade em uma amostra de 15 países desenvolvidos, com dados de bem-estar subjetivo da Onda de 1990 do *World Values Survey*.

Posteriormente, Pacek e Radcliff (2008) novamente utilizaram o *decommodification*, mas ampliaram a série temporal, analisando os níveis de bem-estar subjetivo de 1975 a 2002. Mesmo assim, continuaram a encontrar que o Estado de bem-estar social tem um efeito positivo sobre a felicidade. Flavin et al. (2014) ainda utilizaram uma extensão do índice de "*decommodification*" proposta por Scruggs (2005), em conjunto com dados macroeconômicos, para medir o tamanho do Estado. Usando dados de nível individual e agregado para os países da OCDE de 1981 a 2007, Flavin et al. (2014) encontraram evidências consistentes de que os cidadãos são mais felizes à medida que o grau de intervenção do Estado na economia aumenta.

Medindo o tamanho do Estado através apenas de dados macroeconômicos, Flavin et al. (2011) também encontraram um efeito positivo da intervenção do Estado na felicidade de cidadãos de 15 países industrializados. Flavin et al. (2011)³ utilizam como uma das quatro medidas de tamanho do Estado a arrecadação de impostos em porcentagem do PIB, a medida mais comumente usada para medir a capacidade do Estado (Fukuyama, 2013, p. 353). Portanto, mesmo que esse não tenha sido o objetivo principal, Flavin et al. (2011)

³ As medidas utilizadas por Flavin et al. (2011, p. 257) foram: a arrecadação de impostos em porcentagem do PIB; consumo do governo em porcentagem do PIB per capita; "salários sociais" definidos como os diferentes valores destinados para o pagamento de salário-desemprego; e os gastos do governo com bem-estar social em porcentagem do PIB.

chegaram à conclusão de que não só o tamanho do Estado mas também a sua capacidade impactam positivamente nos níveis declarados de felicidade.

Entretanto, alguns estudos encontraram um impacto negativo do tamanho do Estado nos níveis declarados de felicidade. Em suma, os autores argumentam que um governo expansivo pode ser percebido como ineficaz, onde o objetivo principal é o interesse próprio dos muitos burocratas e outros atores que se beneficiam dessa expansão. Os orçamentos crescem, o funcionalismo público é ampliado, os gastos aumentam e recursos cada vez maiores são necessários para sustentar o Estado. Os cidadãos sentem-se cada vez mais frustrados em um Estado cada vez menos responsivo e percebem que suas preferências não são cumpridas, resultando em uma menor satisfação de vida (Bjørnskov et al., 2007, p. 269).

Entre os que acharam um impacto negativo do tamanho do Estado na felicidade, Scully (2001), baseado em uma amostra de 112 países, mostrou que o gasto excessivo do governo diminui os níveis de felicidade. Bjørnskov et al. (2007), ao pesquisar 73 países, chegou ao mesmo resultado de Scully (2001), também utilizando os gastos do governo em porcentagem do PIB para medir o tamanho do Estado. Os resultados foram robustos mesmo controlando por uma série de variáveis como condições econômicas, ideologia, competição política e capital social (Bjørnskov et al., 2007, p. 275-277).

Ainda há alguns estudos que não encontraram nenhuma relação significativa entre o tamanho do Estado e a felicidade. Medindo o tamanho do Estado através dos gastos com previdência social, Veenhoven (2000, p. 91), ao analisar um *survey* entre 40 países, concluiu que os seus achados apontam para a inexistência de qualquer ligação entre o tamanho do Estado e o nível de bem-estar subjetivo. Estes resultados corroboraram os seus achados anteriores apenas para países da OCDE (Veenhoven, 1990; Veenhoven & Ouweneel, 1995). Com base em um conjunto de dados de painel (1975-1992) para 10 países da OCDE, Di Tella & MacCulloch (2005) encontraram um efeito positivo insignificante das despesas de consumo do governo na felicidade.

Em contraste com os estudos que tratam do impacto do tamanho do Estado no bem-estar subjetivo, a forma como o Estado funciona, independentemente da ideologia de governo, também foi sugerida como um possível determinante da felicidade (Murray, 1988). As instituições governamentais podem servir melhor os cidadãos facilitando suas buscas individuais por seu bem-estar. Portanto, o objetivo deveria ser melhorar a qualidade do Estado em vez de ampliar o alcance da ação governamental (Frey & Stutzer, 2007)

Utilizando o índice de capacidade de gestão *Government Performance Project* (GPP), que mede as capacidades administrativas dos 50 governos estaduais dos Estados Unidos, Cogburn e Schneider (2003) chegaram à conclusão de que um governo melhor administrado e efetivo influencia positivamente nos níveis de felicidade dos americanos,

mesmo após o controle por variáveis econômicas e políticas.

Utilizando dados de diversas ondas do *World Values Survey* para medir a satisfação com a vida, Helliwell (2003) e Helliwell e Huang (2008) descobriram que uma relação entre a capacidade estatal e o bem-estar subjetivo não era apenas positiva, como também mais forte do que o efeito da renda. Os autores mediram a capacidade do Estado através do índice de governança do Banco Mundial⁴. Seguindo Helliwell (2003) e Helliwell e Huang (2008), Ott (2011) também usou este indicador para testar o impacto da qualidade do Estado na felicidade em 127 países, e constatou que a capacidade estatal é mais importante para a felicidade que o tamanho do Estado.

Com uma estratégia mais semelhante à usada neste trabalho, Lubian e Zarri (2011) apresentaram evidências empíricas de que a "moral tributária" (*tax morale*) – a *motivação intrínseca dos contribuintes para pagar impostos* – constitui um novo determinante da felicidade, mesmo depois de controlar por vários fatores demográficos e socioeconômicos que possam impactar no bem-estar subjetivo. A moral tributária pode ser uma *proxy* para a capacidade do Estado, supondo, primeiramente, que aqueles que pagam impostos o fazem porque acreditam que estão tendo um retorno justo do seu dinheiro (Torgler & Schneider, 2007, p. 3; Bird et al., 2006). Em segundo lugar, uma maior motivação de pagar impostos pode refletir uma maior atuação do Estado no combate à evasão fiscal e uma melhor capacidade da administração na cobrança de tributos e na regulação da economia (Ottervik, 2013, p. 10).

A semelhança do presente estudo com o trabalho de Lubian e Zarri (2011) está na utilização de perguntas de *survey* como *proxies* para a capacidade do Estado e a estimação do impacto destas nos níveis declarados de felicidade. Entretanto, os autores fazem uma análise apenas para lares italianos no ano de 2004, e esta pesquisa abrange 18 países latino-americanos. Além disso, neste trabalho serão usadas 4 diferentes perguntas para medir a percepção da capacidade estatal em modelos distintos: 2 medindo o conceito geral de capacidade do Estado e 2 medindo a sua capacidade coercitiva. Enquanto que Lubian e Zarri (2011) criaram um único índice de moral fiscal a partir de respostas a 4 diferentes perguntas que abordavam a motivação em pagar impostos.

Portanto, através das diferentes abordagens e perspectivas empregadas por estes estudiosos, o que se destaca é a acumulação de evidências sugerindo que o tamanho ou capacidade do Estado realmente importa para a felicidade dos indivíduos. Entretanto, há uma lacuna na literatura sobre o papel da percepção da capacidade do Estado nos níveis de satisfação de vida.

⁴ O índice de governança do Banco Mundial é composto de 5 componentes de avaliação: *voz e responsabilidade; estabilidade política e ausência de violência/terrorismo; eficácia do governo; qualidade normativa; regime de direito; e controle da corrupção.*

Visto que geralmente a literatura aponta que os diferentes níveis de bem-estar subjetivo não estão relacionados às condições comuns ou coletivas, mas às diferenças individuais em termos de emprego, renda, personalidade, educação, gênero, relações sociais e idade (Ott, 2011, p. 3), os estudos disponíveis são insuficientes porque medem a capacidade estatal através de dados macroeconômicos ou de índices agregados formados por avaliações de especialistas, negligenciando as atitudes individuais a respeito da capacidade do Estado. Além disso, a capacidade estatal é um conceito multidimensional e abordá-lo de forma desagregada fornece a possibilidade de teorizar e examinar separadamente os efeitos de cada uma de suas dimensões nos níveis de bem-estar subjetivo. Portanto, até onde vai a revisão da literatura feita neste trabalho, este é o primeiro estudo *cross-sectional* sobre o impacto da percepção da capacidade do Estado e da sua capacidade coercitiva nos níveis declarados de felicidade.

2. Estratégia empírica

Esta seção descreve os principais procedimentos adotados de modo a permitir a replicabilidade do trabalho (King 1995; Janz 2015). Como esta análise envolve a combinação de variáveis geradas no nível individual e nacional, foi utilizada a técnica de modelos hierárquicos (ou multinível). O quadro 1 sumariza as informações acerca do desenho de pesquisa.

Quadro 1 – Síntese das informações do desenho de pesquisa

Variável dependente	Níveis declarados de Felicidade
Variáveis Independentes (Percepção da capacidade estatal)	1. Ausência de Cumprimento Fiscal 2. Cumprimento da Lei 3. Vítima de crimes 4. Crimes Violentos
Variáveis de Controle	Idade Renda Emprego Estado Civil Nível de Educação Preferência pela Democracia Capital Social
Amostra	18 Países da América Latina
Técnica	Modelos hierárquicos (ou multinível)
Fonte de dados	Latino Barômetro 2016

Fonte: elaboração da autora

2.1 Variável dependente

A variável dependente, os níveis declarados de felicidade, é construída a partir de uma pergunta da pesquisa de Latino Barômetro sobre o grau de satisfação de vida dos indivíduos, com quatro respostas possíveis: nada satisfeito, pouco satisfeito, satisfeito e muito satisfeito⁵. Esta variável será codificada de 1 (nada satisfeito) a 4 (muito satisfeito). As respostas correspondentes a “*Não Sabe/Não Respondeu*” serão codificadas como *missing*, o que também ocorrerá com as demais variáveis nos modelos.

2.2 Variáveis Independentes e Hipóteses

Para testar a hipótese de que uma melhor percepção de capacidade estatal aumenta os níveis de felicidade dos latino-americanos, neste trabalho a variável independente, a percepção da capacidade estatal, será medida através de respostas a 4 questões do Latino Barômetro 2016. Duas questões são *proxies* para medir a capacidade geral do Estado e as outras duas são para medir especificamente a capacidade coercitiva do Estado.

Cada uma das 4 perguntas que medem a percepção da capacidade estatal será medida em modelos distintos, em conjunto com as variáveis de controle propostas pela literatura como sendo possíveis determinantes políticos, demográficos e econômicos da felicidade.

Segundo Lubian e Zarri (2011), a primeira medida de percepção da capacidade geral do Estado utilizada neste trabalho é uma *proxy* para medir o *cumprimento fiscal* (*tax compliance*) (Ottervik, 2013, p. 11-12). Dados de *survey* foram amplamente utilizados pelos estudos do cumprimento fiscal, em particular para medir e explorar normas sociais ou a moral tributária, que geralmente é definida como a *motivação intrínseca para pagar impostos* (Torgler, 2007). Uma fonte de dados usada com frequência é a do *World Values Survey* (WVS), que pede para o entrevistado dizer em uma escala de 0 a 10, o quanto é justificável sonegar impostos (Torgler, 2016, p. 3).

Um Estado capaz baseia-se em um sistema fiscal justo e um governo responsivo, alcançado com uma forte conexão entre pagamentos de impostos e fornecimento de bens públicos (Bird et al., 2006). Portanto, o cumprimento fiscal mede a capacidade do Estado de penetrar na sociedade e regular a economia, e ainda reflete uma maior atuação do Estado no combate à evasão fiscal (Ottervik, 2013, p. 10). Partindo-se do conceito de que o Estado é uma “relação de homens que dominam os homens” (Gerth & Mills, 1946, p. 78), esta também é uma medida da capacidade do Estado de dominar indivíduos em um determinado

⁵ A pergunta feita pelo Latino Barômetro: “*De um modo geral, você diria que está satisfeito com sua vida? Você diria que você está...?*”.

território (ibidem). Além disso, um maior cumprimento fiscal pode indicar que os cidadãos percebem que seus interesses estão devidamente representados em instituições políticas e recebem serviços públicos de qualidade, aumentando assim a vontade de contribuir para os cofres públicos. Por outro lado, em um Estado com menores níveis de cumprimento fiscal os cidadãos terão pouca confiança nas autoridades e, portanto, um baixo incentivo para cooperar (Torgler & Schneider, 2007, p. 3).

O cumprimento fiscal também é uma medida relevante devido as suas consequências na maneira mais comum de se medir a capacidade do Estado: a arrecadação de impostos (Fukuyama 2013, p. 353; Kim, 2008). Para um monopólio efetivo da violência (capacidade coercitiva), o exército e a polícia precisam ter recursos extraídos da sociedade, apoiados por burocracias efetivas que se coordenam com outros elementos do Estado e operam em uma sociedade com algum nível de consentimento (Ottervik, 2013, p. 10).

A questão analisada para medir a percepção da capacidade geral do Estado em termos de cumprimento fiscal no Latino Barômetro 2016 é praticamente igual à presente no *World Values Survey*. Em uma escala de 1 a 10, onde 1 significa "não é justificável" e 10 significa "totalmente justificável", *quão justificável você acredita que é evadir o pagamento de impostos?* Portanto, a primeira hipótese do presente trabalho é:

H1. Quanto maior a aceitação da evasão de impostos, menores os níveis declarados de felicidade.

Entretanto, o cumprimento fiscal adequado é necessário, mas não suficiente para demonstrar a capacidade do Estado. Nos países pobres da América Latina as práticas patrimonialistas e a corrupção estão disseminadas no setor público. Assim, uma parte significativa da receita fiscal acaba por enriquecer os políticos e seus aliados, em vez de garantir a provisão de serviços públicos (Mainwaring & Scully, 2008, p.119).

Para um Estado existir, os dominados devem obedecer às autoridades que representam o Estado (Gerth & Mills, 1946, p. 78). A dominação é "*a probabilidade de que um comando com um conteúdo específico seja obedecido por um determinado grupo de pessoas*" (Weber, 1968, p. 53). Sendo assim, a natureza do Estado é uma dominação que produz obediência dentro de um determinado território (Ottervik, 2013, p. 6).

Portanto, neste trabalho também será incluída outra *proxy* para a percepção da capacidade geral do Estado. Em contraste com o cumprimento fiscal, que mede a dominação estatal sobre uma política específica, a de arrecadação de impostos, neste trabalho será incluída uma variável que mede a dominação de maneira mais ampla: as atitudes acerca do cumprimento da Lei.

No Latino Barômetro 2016 há a seguinte pergunta: "*Em geral, você diria que as*

peças devem sempre obedecer à Lei, ou há exceções ou ocasiões especiais quando as pessoas podem seguir suas consciências, mesmo que isso signifique quebrar a Lei". As respostas serão codificadas como uma variável *dummy*: o valor "1" será atribuído àqueles que responderam "*devem sempre obedecer à Lei*"; e o valor "0" (zero) para quem respondeu "*podem seguir suas consciências*". Portanto, a segunda hipótese deste trabalho é:

H2. Indivíduos que exigem a obediência à Lei declaram maiores níveis de felicidade.

A capacidade do Estado também pode ser definida como *a capacidade de preservar fronteiras, proteger-se de ameaças externas, manter a ordem interna e conter a violência* (Hanson & Sigman, 2013, p. 4), isto é, de acordo com a sua capacidade coercitiva. Esta definição é consistente com a definição do Estado de Weber: "*O Estado é uma comunidade humana que pretende, com êxito, o uso legítimo da força física dentro de um determinado território*" (Weber, 1919, p. 56).

Thomas Hobbes (1651) escreveu em *O Leviatã* que a tarefa primordial do Estado é proteger os cidadãos para que a vida não seja uma guerra de todos contra todos. Mas a maioria dos Estados latino-americanos falhou na tarefa hobbesiana (Mainwaring & Scully, 2008, p. 117). Um dos principais problemas sociopolíticos que a América Latina enfrenta até hoje é o aumento da criminalidade (Carreras, 2013, p. 86). A maioria dos Estados latino-americanos não conseguiu lidar com o aumento da criminalidade ou garantir a implementação e a eficácia de leis e políticas contra a violência (ibidem). A polícia às vezes está completamente ausente nas áreas mais perigosas. Em outros casos, a polícia responde ao aumento da criminalidade com violência arbitrária, o que agrava a percepção de insegurança entre os cidadãos (Brinks, 2008). Além disso, o sistema judicial corrupto e ineficaz que existe na maioria dos países latino-americanos leva à impunidade generalizada. Essa impunidade pode aumentar os incentivos para que os criminosos potenciais se envolvam em violência (Estévez, 2003; Manrique, 2006).

Portanto, neste trabalho o impacto da percepção da capacidade coercitiva do Estado nos níveis de felicidade também será analisado. Para tanto, duas perguntas serão utilizadas para medir esta dimensão da capacidade estatal. A primeira faz o seguinte questionamento: "*Você ou um parente foi assaltado, agredido ou foi vítima de um crime nos últimos 12 meses?*". A resposta foi codificada como uma variável *dummy*: atribui-se o valor "1" para caso o entrevistado, ou seu parente ou ambos tenham sido vítimas de violência; e o valor 0 (zero) para o caso contrário. Isto leva à terceira hipótese deste trabalho:

H3: Quem já foi e/ou teve algum parente vítima de um crime nos últimos 12 meses declara menores níveis de felicidade.

A América Latina e Caribe (ALC), de acordo com dados do relatório do Banco Mundial (Chioda, 2017, p. 63), é a região mais violenta do mundo, com 23,9 homicídios a cada 100 mil habitantes em 2012, em comparação com a taxa de 9,7 da África; 4,4 da América do Norte; 2,7 da Ásia; e 2,9 da Europa. Dos 18 países da América Latina analisados neste trabalho, apenas 6 possuem taxas médias menores que 10 homicídios a cada 100 mil habitantes, para o período 2009-2012 (Chioda, 2017, p. 84)⁶. O país de menor número de mortes violentas é o Chile, com apenas 3 mortes a cada 100.000 habitantes. Outros 7 países da região, que incluem Brasil e México, possuem taxas médias de 11 a 30 homicídios a cada 100 mil habitantes, sendo classificados como casos de violência “endêmica” pela Organização Mundial de Saúde (OMS)⁷.

Os demais países latino-americanos possuem taxas médias acima de 30 homicídios a cada 100 mil habitantes, o que já é classificado como uma “situação de conflito” pela OMS⁸. Os casos mais alarmantes são os da Venezuela, com 54 homicídios, e Honduras, com 91. Essas taxas são maiores que as de países africanos como Lesoto e Suazilândia que, passando por guerras civis, tiveram taxas de 38 e 33,8 homicídios a cada 100 mil habitantes, respectivamente, com dados de 2012 (Chioda, 2017, p. 1).

Devido a este cenário em muitos países da América Latina e à hipótese de que as altas taxas de homicídios refletem as assimetrias nas capacidades dos Estados de proteger os cidadãos de outros cidadãos (Mainwaring & Scully, 2008, p. 116), a segunda pergunta que mede a capacidade coercitiva do Estado enfatiza os crimes violentos. A questão é: “*Com que frequência você está preocupado em ser vítima de um crime violento?*”. Esta variável será medida de forma ordinal. Para quem responder “*nunca*” será atribuído o valor 1; para a resposta “*ocasionalmente*” atribui-se o valor 2; para “*às vezes*”, o valor 3; e para “*sempre ou quase sempre*”, o valor 4. Portanto, a quarta hipótese a ser testada é:

H4: Quanto menor o grau de preocupação em ser vítima de um crime violento, maiores os níveis declarados de felicidade.

O presente trabalho não descarta a possibilidade da endogeneidade: a felicidade pode afetar a capacidade do Estado. Vários efeitos podem estar envolvidos: cidadãos felizes estão mais aptos a votar por investimentos em bens públicos, mais dispostos a participar no governo e menos propensos a comportamentos obstrutivos (Lyubomirsky et al., 2005;

⁶ Países com médias menores que 10 homicídios a cada 100 mil habitantes (2009-2012): Chile (3), Argentina (7), Uruguai (8), Costa Rica (8), Peru (10) e Paraguai (10).

⁷ Países com médias entre 11 e 30 homicídios a cada 100 mil habitantes (2009-2012): Nicarágua (11), Bolívia (12), Equador (12), Panamá (17), México (22), República Dominicana (22) e Brasil (27).

⁸ Países com médias maiores que 30 homicídios a cada 100 mil habitantes (2009-2012): Colômbia (31), Guatemala (35), El Salvador (41), Venezuela (54) e Honduras (91).

Guven, 2009). Todavia, este trabalho segue o raciocínio da literatura empírica existente sobre a capacidade do Estado e a felicidade: parte-se do princípio de que a governança baseia-se nos desenvolvimentos históricos e estes nem sempre foram resultados de pessoas mais felizes (Ott, 2011, p. 15). Na verdade, estudiosos apontam que as guerras foram centrais para a criação de Estados de alta capacidade como a China, a Alemanha e a França (Fukuyama, 2014, p. 372). As guerras levaram os Estados a tributar os seus cidadãos, criar burocracias para administrar a extração de impostos e montar hierarquias administrativas para gerir sistemas logísticos de grandes dimensões (Fukuyama, 2014, p. 377). Como afirmou Charles Tilly (1975, p. 75): “a guerra fez o Estado e o Estado fez a guerra”.

Visto que a relação entre a percepção da capacidade estatal e os níveis declarados de felicidade pode ser espúria, devido ao possível efeito de um viés de variáveis omitidas (King et al., 1994, p. 169), neste estudo serão incluídas uma série de variáveis de controle que, de acordo com a literatura, podem explicar os níveis de felicidade declarados pelos indivíduos, sendo elencadas a seguir.

2.3 Variáveis de controle e relações esperadas

Além da variável independente principal, a capacidade estatal, serão incluídas mais duas variáveis políticas nos modelos: a democracia e o capital social. Estudos com foco na América Latina encontraram uma forte correlação positiva entre felicidade e preferência pela democracia (Graham & Pettinato, 2001; Graham & Pettinato, 2004; Graham & Sukhtankar, 2004). Portanto, nesta análise será incluída uma *dummy* que indica a preferência pela democracia. Será atribuído o valor “1” para quem respondeu que concorda mais com a seguinte afirmação (em relação às outras opções): “*A democracia é preferível a qualquer outro tipo de governo*”. O valor 0 (zero) será atribuído para quem escolheu qualquer uma das outras alternativas⁹.

Estudos sobre os determinantes da felicidade também encontraram, na maioria das vezes, que os níveis de capital social contribuem positivamente para o bem-estar subjetivo (Pacek, 2009, p. 238; Brehm & Rahn, 1997; Bruni & Stanca, 2006; Helliwell, 2003, 2006; Helliwell & Putnam 2004). Embora haja diversas maneiras de se medir o capital social (Pacek, 2009, p. 245), para este trabalho esta variável será medida através de uma pergunta que mede a confiança interpessoal, dimensão já abordada por autores como

⁹ A exata pergunta feita pelo Latino Barômetro é “*Com qual das seguintes afirmações você concorda mais?*”. A resposta “*A democracia é preferível a qualquer outro tipo de governo*” foi codificada como “1”. As demais respostas que foram codificadas como “0” (zero) são: “*Em algumas circunstâncias, um governo autoritário pode ser preferível a um democrático*”; e “*Para pessoas como eu, não importa se temos um regime democrático ou não-democrático*”.

Fukuyama (1995) e Putnam (1993, 2000). A hipótese é a de que a conectividade social mantém os indivíduos menos isolados e melhor assistidos e, portanto, mais felizes (Putnam, 1993). A pergunta utilizada para medir o capital social é: “ *De um modo geral, você diria que a maioria das pessoas pode ser confiável ou que ninguém é suficientemente cuidadoso ao lidar com os outros?* ”. Esta variável será uma *dummy*, onde o valor 1 será atribuído a quem respondeu “*pode-se confiar na maioria das pessoas*” e o valor 0 (zero) para quem respondeu “*ninguém é suficientemente cuidadoso ao lidar com os outros*”.

As pesquisas sobre os determinantes individuais da felicidade mostram que determinados fatores tendem a afetar os indivíduos de forma semelhante em todos os países (Di Tella et al., 2003). Portanto, neste trabalho são consideradas variáveis demográficas e socioeconômicas comumente utilizadas pela literatura como possíveis determinantes da felicidade: idade, renda, sexo, emprego, estado civil e nível de educação (Graham & Pettinato, 2011, p. 239-240; Dutt & Radcliff, 2009, p. 8).

Estudos mostram que a idade dos indivíduos afeta seus níveis de felicidade e que tal relação tende a ser quadrática (Graham & Pettinato, 2001, p. 241). Portanto, foi incluída na análise uma variável para idade e outra para a idade ao quadrado, devido à expectativa de que tanto os respondentes jovens quanto os idosos tendam, em média, a ficar mais satisfeitos com suas vidas do que aqueles que são de meia idade (Flavin, 2011, p. 257).

Alguns estudos concentraram-se nos efeitos da renda e do consumo no bem-estar subjetivo, ou seja, procuram responder se dinheiro compra felicidade (Dutt & Radcliff, 2009, p.1). Resultados de trabalhos com foco na América Latina (Graham & Pettinato, 2001; Graham & Felton, 2009) mostram que a renda atual e a prospecção de aumento na renda têm um efeito positivo e significativo sobre a felicidade. Portanto, a variável renda será medida através de respostas a duas perguntas. A primeira pergunta é: “ *Seu salário e o total do salário da sua família permitem que você cubra satisfatoriamente suas necessidades?* ”. Esta variável será medida de forma ordinal. Para quem respondeu “*não é suficiente, tenho grandes problemas*” será atribuído o valor 1; para “*não é suficiente, tenho problemas*”, é dado o valor 2; para “*é suficiente, sem grandes problemas*”, o valor 3; e para “*é suficiente, consigo guardar dinheiro*”, o valor 4.

A segunda pergunta a ser utilizada como medida de renda mede a perspectiva futura de mobilidade, qual seja: “ *Nos próximos 12 meses, você acha que sua situação econômica e a da sua família será muito melhor, um pouco melhor, a mesma, um pouco pior ou muito pior do que agora?* ”. Será criada uma variável ordinal, que vai de 1 (muito pior) a 5 (muito melhor).

Espera-se que os desempregados na América Latina, assim como em outras partes do mundo, sejam menos felizes (Graham & Pettinato, 2001, p. 242). Entretanto, espera-se que os autônomos também sejam menos felizes, pois de acordo com Graham e Pettinato

(ibidem), a partir de seus achados sobre a felicidade na América Latina, os trabalhadores autônomos nas economias em desenvolvimento são menos felizes devido à precariedade da vida no setor informal e só estão trabalhando por conta própria em consequência da ausência de mais oportunidades de empregos formais. Espera-se um resultado negativo também para aposentados, estudantes e aqueles que são donos ou donas de casa (Graham & Pettinato, 2001, p. 256; Stutzer, 2009, p. 126). Portanto, o emprego será medido através de *dummies* para desempregado, autônomo, aposentado, estudante e donos ou donas de casa.

Espera-se, de acordo com a literatura, que em qualquer lugar do mundo os casados sejam mais felizes que os não-casados (Veenhoven, 2009, p. 67). Portanto, nesta análise o estado civil será incluído como uma *dummy*: atribui-se o valor 1 para quem é casado(a) ou vive com um companheiro(a) e o valor 0 (zero) para quem se encontra de outra forma.

Estudos indicam que os homens são mais felizes que as mulheres na América Latina, o que pode ser explicado pela desigualdade de direitos entre os gêneros (Graham & Felton, 2009, p. 168). A variável sexo será incluída como uma *dummy*, com o valor 1 atribuído aos respondentes do sexo masculino.

Por fim, estudos empíricos geralmente encontram um efeito positivo da educação sobre a felicidade, mesmo depois de controlar pelo nível de renda (Di Tella et al., 2001; Graham & Pettinato, 2001). A pergunta do Latino Barômetro para medir o nível de educação foi “*Qual grau de estudos você completou?*”. As respostas são codificadas de 1 a 7, sendo: 1- *Analfabeto*; 2- *Fundamental Incompleto*; 3- *Fundamental Completo*; 4- *Médio Incompleto*; 5- *Médio Completo*; 6- *Superior Incompleto*; 7- *Superior Completo*.

3. Resultados

Recordando, este trabalho pretende testar a hipótese de que a percepção positiva da capacidade do Estado aumenta os níveis declarados de felicidade. Para tanto, será testado o impacto de 4 variáveis que medem a capacidade estatal em modelos distintos contendo variáveis de controle usualmente consideradas pela literatura como determinantes da felicidade. As 2 primeiras variáveis medem o conceito geral de capacidade do Estado e as 2 seguintes medem a capacidade coercitiva do Estado.

As 2 variáveis que medem a capacidade geral do Estado são as que medem a ausência do cumprimento fiscal e o grau de cumprimento das leis. Os resultados podem ser visualizados na Tabela 1. O modelo 1 apresenta o resultado do modelo hierárquico apenas para a ausência de cumprimento fiscal como variável independente. Os resultados sugerem que a ausência de cumprimento fiscal tem um impacto negativo nos níveis de felicidade. Entretanto, no modelo 2, quando são adicionados os controles, o coeficiente da ausência de

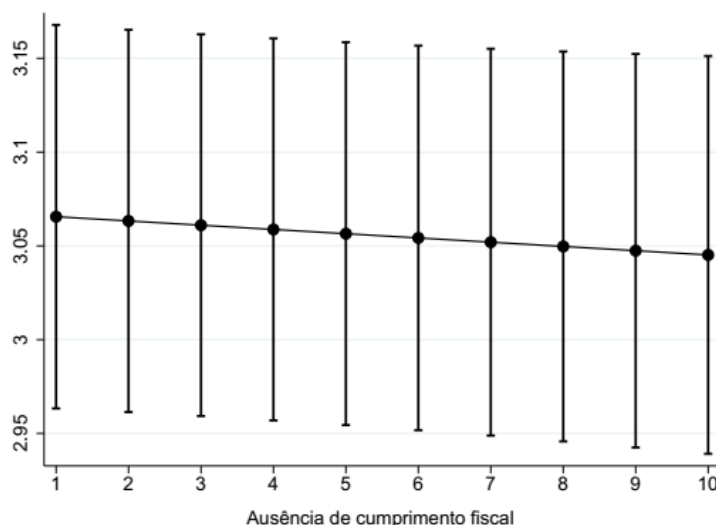
cumprimento fiscal perde significância. Portanto, apesar de existir um indício de que os que acham mais justificável evadir impostos serem menos felizes, como pode ser observado no gráfico 1, não foi possível descartar por completo a hipótese nula.

Tabela 1: Efeitos da Percepção da Capacidade Estatal na Felicidade

	1	2	3	4
Ausência de Cumprimento fiscal	-0,004* (0,002)	-0,002 (0,002)		
Cumprimento das Leis			0,064*** (0,013)	0,025* (0,013)
Preferência pela democracia		0,056*** (0,013)		0,060*** (0,013)
Capital Social		0,039** (0,016)		0,036** (0,016)
Idade		-0,010*** (0,002)		-0,010*** (0,002)
Idade ²		0,000*** (0,000)		0,000*** (0,000)
Prospecção da renda		0,132*** (0,006)		0,133*** (0,006)
Renda		0,156*** (0,008)		0,158*** (0,008)
Educação		0,021*** (0,004)		0,021*** (0,004)
Desempregado		-0,096*** (0,030)		-0,090*** (0,030)
Autônomo		-0,023 (0,017)		-0,025 (0,017)
Aposentado		0,010 (0,031)		0,016 (0,031)
Estudante		0,033 (0,031)		0,041 (0,030)
Donos(as) de casa		-0,059*** (0,020)		-0,053*** (0,020)
Sexo		-0,022* (0,013)		-0,019 (0,013)
Casado(a)		0,058*** (0,013)		0,060*** (0,013)
N	19.044	16.482	19.139	16.526

*p < 0.10, **p < 0.05, ***p < 0.01. Erro-padrão em parênteses.

Fonte: elaboração da autora com base nos dados do Latino Barômetro 2016.

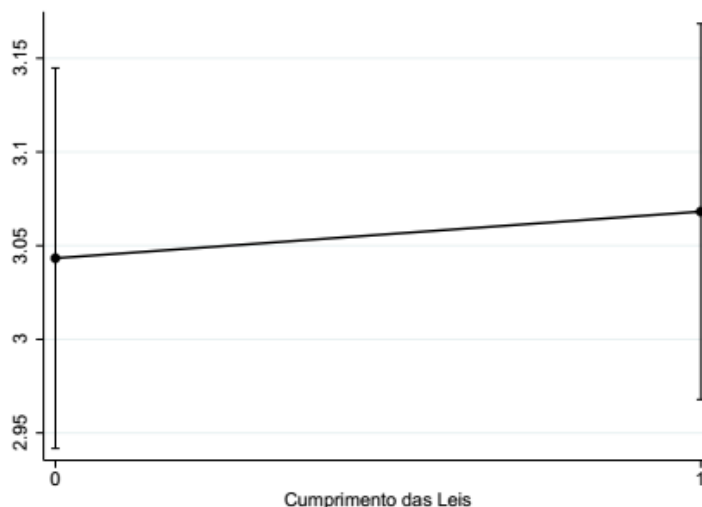
Gráfico 1: Efeito da ausência de cumprimento fiscal na felicidade

Fonte: elaboração da autora com base nos dados do Latino Barômetro 2016.

Uma possível explicação para este resultado é que a baixa arrecadação de impostos é um problema disseminado em toda a América Latina. De acordo com dados da OECD (2018) para o ano de 2015, em 13 países latino-americanos, a receita fiscal era igual a menos de 21% do PIB. Os países de maior arrecadação de impostos são Brasil e Argentina, e mesmo assim as suas arrecadações não passam de 32%, enquanto que a média de arrecadação de impostos dos países da OECD é de 34%. Portanto, aparentemente os cidadãos latino-americanos não estão muito dispostos a contribuir com impostos para seus respectivos Estados.

No modelo 3 está apenas o cumprimento das leis como variável independente, que apareceu com um coeficiente de 0,064 significativo a 1%. Quando adicionados os controles no modelo 4, o cumprimento das leis permaneceu com um coeficiente positivo e significativo, como esperado. Entretanto, neste modelo o coeficiente caiu para 0,025 com significância a nível de 10%. Os resultados sugerem que, controlando pelas demais variáveis, aqueles que concordam a afirmação “todos devem obedecer à Lei” são aproximadamente 2,5% mais felizes. Este efeito pode ser melhor visualizado no gráfico 2.

As 2 variáveis que medem a percepção da capacidade coercitiva do Estado são: a que pergunta se o respondente e/ou alguém da família foi vítima de assalto, agressão ou outro crime nos últimos 12 meses, com o valor “1” para quem respondeu “sim” e “0” (zero) para quem respondeu “não”; e a outra mede o grau de preocupação em ser vítima de um crime violento, que pode ir de 1 (nunca) a 4 (sempre). Os resultados podem ser visualizados na Tabela 2.

Gráfico 2: Efeito do cumprimento das leis na felicidade

Fonte: elaboração da autora com base nos dados do Latino Barômetro 2016.

O modelo 1 apresenta o resultado do modelo hierárquico apenas para a variável que verifica se o respondente e/ou um parente seu foi vítima de um crime nos últimos 12 meses como determinante da felicidade. O coeficiente foi negativo e significativo, como esperado. No modelo 2, quando são adicionados os controles, o coeficiente mantém o sinal negativo, significativo ($p\text{-valor} > 0,05$) e praticamente com a mesma magnitude do modelo anterior, resultado este que corrobora a terceira hipótese (H3) deste trabalho. Desta forma, os resultados sugerem que, controlando pelas demais variáveis, aqueles que já foram vítimas de um crime e/ou tiveram algum parente que passou por esta situação nos últimos 12 meses estão, aproximadamente, 2,6% menos satisfeitos com suas vidas. Esta relação pode ser entendida mais intuitivamente no gráfico 3.

No modelo 3 está apenas o grau de preocupação em ser vítima de um crime violento como variável independente, que apareceu com um coeficiente negativo e significativo a 1%. Quando adicionados os controles no modelo 4, esta *proxy* de percepção da capacidade coercitiva permaneceu com um coeficiente negativo e significativo, apesar de uma pequena diminuição na magnitude (de 0,019 no modelo 3, para 0,011 no modelo 4) e no nível de significância ($p\text{-valor} < 0,01$ no modelo 3; $p\text{-valor} < 0,10$ no modelo 4). Portanto, os resultados sugerem que, controlando pelas demais variáveis, um aumento na preocupação em ser vítima de um crime violento causa um decréscimo em torno de 1,1% nos níveis de felicidade. Este efeito pode ser visualizado mais intuitivamente no gráfico 4.

As variáveis políticas incluídas nos modelos mais robustos (tabelas 1 e 2) tiveram resultados semelhantes, mesmo diante de diferentes medidas de percepção da capacidade

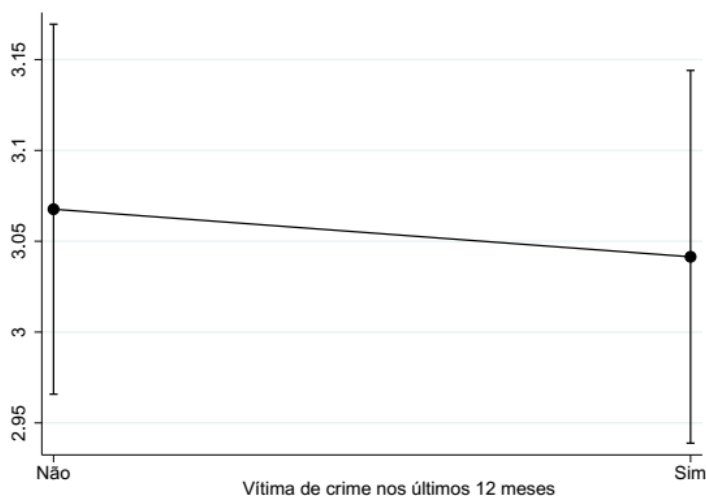
estatal. Aqueles que preferem a democracia como sistema de governo tendem a ser entre 5,6% e 6% mais felizes. E aqueles que responderam que é possível confiar na maioria das pessoas, a medida de capital social, são, aproximadamente, de 3,6% a 4,1% mais felizes.

Tabela 2: Efeitos da Percepção da Capacidade Coercitiva do Estado na Felicidade

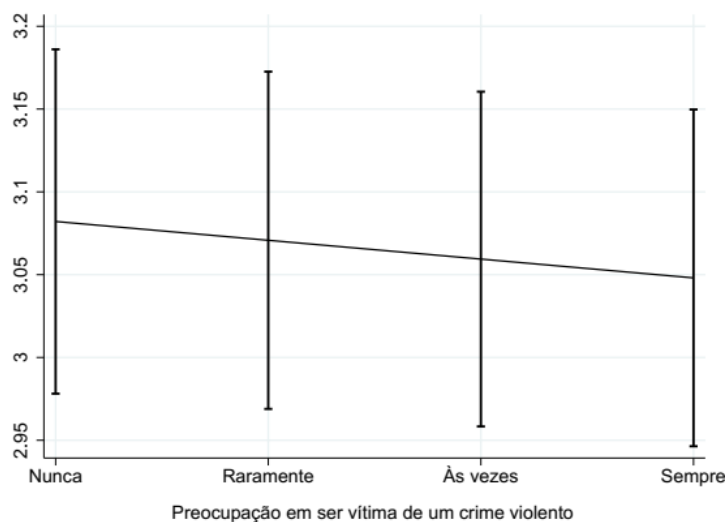
	1	2	3	4
Vítima de crimes	-0,028** (0,012)	-0,026** (0,013)		
Crimes Violentos			-0,019*** (0,006)	0,011* (0,006)
Preferência pela democracia		0,059*** (0,013)		0,059*** (0,013)
Capital Social		0,041*** (0,016)		0,038** (0,016)
Idade		-0,011*** (0,002)		-0,011*** (0,002)
Idade ²		0,000*** (0,000)		0,000*** (0,000)
Prospecção da renda		0,131*** (0,006)		0,131*** (0,006)
Renda		0,155*** (0,008)		0,155*** (0,008)
Educação		0,023*** (0,004)		0,023*** (0,004)
Desempregado		-0,100*** (0,029)		-0,102*** (0,029)
Autônomo		-0,029* (0,016)		-0,032** (0,016)
Aposentado		0,004 (0,031)		0,005 (0,031)
Estudante		0,030 (0,030)		0,033 (0,030)
Donos(as) de casa		-0,058*** (0,019)		-0,058*** (0,019)
Sexo		-0,018 (0,013)		-0,015 (0,013)
Casado(a)		0,062*** (0,013)		0,062*** (0,013)
N	19.918	16.956	19.944	16.997

*p < 0.10, **p < 0.05, ***p < 0.01. Erro-padrão em parênteses.

Fonte: elaboração da autora com base nos dados do Latino Barômetro 2016.

Gráfico 3: Efeito de ter sido vítima de um crime na felicidade

Fonte: elaboração da autora com base nos dados do Latino Barômetro 2016.

Gráfico 4: Efeito da preocupação em ser vítima de um crime violento na felicidade

Fonte: elaboração da autora com base nos dados do Latino Barômetro 2016.

Em todas as regressões analisadas, a variável “renda” foi a que mostrou ter um maior efeito sobre os níveis de felicidade, seguida pela prospecção da renda. Os resultados sugerem que um ponto adicional na avaliação da renda atual causa um acréscimo em torno de 16% nos níveis de felicidade. Enquanto que um ponto adicional na expectativa de melhorar a situação financeira causa um aumento em torno de 13% nos graus de bem-estar subjetivo. Portanto, ao menos no que diz respeito ao desenho de pesquisa empregado neste trabalho, há fortes indícios de que dinheiro traz felicidade.

Estes resultados fazem ainda mais sentido quando se verificam os coeficientes da *dummy* que indica os respondentes desempregados. Os coeficientes foram negativos, significativos e com magnitudes menores apenas que as da prospecção e avaliação atual da renda. Outra medida socioeconômica com peso relevante foi o nível de educação, com coeficientes positivos e significativos nos modelos com as variáveis de controle.

A variável *dummy* para trabalhadores autônomos mostrou coeficientes significativos apenas para os modelos onde estão incluídas as variáveis de percepção da capacidade coercitiva (tabela 2). Nesses casos, os coeficientes foram negativos e significativos, como era esperado pela literatura. Ou seja, existem fortes evidências de que os trabalhadores autônomos são menos felizes porque vivem nesta situação mais por falta de oportunidades no setor formal do que por um desejo pessoal de empreender.

Como já era esperado, os casados são mais felizes que os solteiros, assim como os donos ou donas de casas estão menos satisfeitos com suas vidas. A respeito da relação entre idade e felicidade, é mais provável que ela seja uma relação linear positiva do que quadrática, ao contrário do que indica a literatura.

Finalmente, a variável sexo, que é uma *dummy* com o valor “1” para respondentes homens, mostrou significância estatística apenas no modelo 2 da Tabela 1, ou seja, com a *proxy* que mede a aceitação da evasão de impostos (ou ausência do cumprimento fiscal). Entretanto, o sinal do coeficiente foi negativo, o que não é o esperado pela literatura. Portanto, apesar de ser um indício de que as mulheres têm se tornado mais felizes na América Latina, os resultados não foram robustos para as demais regressões com outras medidas de percepção da capacidade do Estado e demais variáveis de controle.

Apesar de as pessoas tenderem a acreditar que o impacto do governo em sua felicidade seja baixo (Headey & Wearing, 1992), tais crenças são compreensíveis, uma vez que as pessoas são primeiramente confrontadas com diferenças individuais na felicidade dentro de suas próprias nações. Mas talvez as visões sobre o governo fossem diferentes se as pessoas estivessem mais familiarizadas com os diferentes níveis de felicidade entre os países (Ott, 2011, p. 3). De fato, os resultados deste estudo corroboram esta expectativa: 3 das 4 variáveis utilizadas para medir a percepção da capacidade estatal sugerem que atitudes positivas acerca da capacidade geral e coercitiva do Estado impactam positivamente nos níveis declarados de felicidade, mesmo controlando por outros fatores demográficos, políticos e socioeconômicos que podem impactar na felicidade dos indivíduos.

Em outras palavras, independentemente de os respondentes serem ricos ou pobres, desempregados ou não, os indivíduos que vivem em Estados de maior capacidade tendem a reportar níveis mais elevados de bem-estar subjetivo,

Conclusão

O objetivo deste trabalho foi determinar o impacto da percepção da capacidade do Estado no bem-estar subjetivo dos cidadãos de 18 países latino-americanos. Para tanto, foram empregadas 2 medidas que medem o conceito geral de capacidade estatal e outras 2 que medem a percepção da capacidade coercitiva do Estado. Embora existam trabalhos que encontram um efeito positivo da qualidade do Estado nos níveis declarados de felicidade, estes estudos mediram a capacidade do Estado através de dados macroeconômicos ou de índices agregados formados por opinião de especialistas.

Esta é uma lacuna que merece ser preenchida, visto que a felicidade é uma variável de natureza subjetiva e, apesar de grande parte dos estudos sobre os determinantes da felicidade incluir como variáveis independentes apenas respostas individuais aos *surveys*, a capacidade estatal da forma como é empregada nos trabalhos existentes não mede se o próprio indivíduo demonstra uma aceitação da autoridade do Estado ou se sente que este cumpre o seu papel essencial de manter a ordem pública e o cumprimento das leis.

Os resultados desse estudo foram robustos e apontam no mínimo para uma conclusão: pelo menos no que diz respeito à América Latina, a percepção da capacidade do Estado aumenta a probabilidade de que as vidas dos cidadãos sejam mais satisfatórias. Embora esta conclusão seja de grande importância, este estudo não deve ser interpretado como uma defesa normativa de uma maior intervenção do Estado. Em vez disso, o foco deste trabalho foi mostrar a percepção da capacidade do Estado de dominar e proteger dos seus cidadãos como um determinante da felicidade. Além disso, é possível acrescentar que a própria política é importante. Especificamente, a preferência dos cidadãos pelo regime democrático e um maior capital social mostraram ter consequências profundas para a qualidade de vida subjetiva.

Entretanto, a variável que mede a aceitação de se evadir impostos não mostrou resultados significados. Isto mostra a necessidade de uma maior investigação sobre o nexo causal Estado-felicidade. A princípio, já é possível indicar que a capacidade estatal, por ser um conceito multidimensional, deve ter o seu impacto estimado de forma desagregada. No que concerne aos países latino-americanos, contribuir para os cofres públicos não gera impactos positivos na felicidade. Muito provavelmente isso ocorre porque os contribuintes não enxergam que os governantes façam um bom investimento do dinheiro arrecadado.

Esta pesquisa contribui para os principais debates no estudo científico da felicidade humana. Já que a maioria dos trabalhos existentes abordam variáveis demográficas e econômicas como determinantes do bem-estar subjetivo, e são em sua maioria de autoria de psicólogos e economistas, este trabalho é mais um que sugere os cientistas políticos deveriam contribuir para a expansão desta literatura.

Referências Bibliográficas

- Bentham, J. (1789), *Introduction to the Principles of Morals and Legislation*, London: Payne.
- Bird, R., J. Martinez-Vazquez and B. Torgler (2006). Societal Institutions and Tax Effort in Developing Countries, in: J. Alm, J. Martinez-Vazquez and M. Rider (eds.), *The Challenges of Tax Reform in the Global Economy*. New York: Springer, pp. 283-338.
- Bjørnskov, C., Dreher, A., & Fischer, J. (2007). The bigger the better?: evidence of the effect of government size on life satisfaction around the world. *Public Choice*, 130, 267–292.
- Brehm, John and Wendy Rahn (1997), 'Individual-level evidence for the causes and consequence of social capital', *American Journal of Political Science*, 41 (3), 999–1023.
- Brinks, Daniel M. (2008). *The Judicial Response to Police Killings in Latin America: Inequality and the Rule of Law*. New York: Cambridge University Press.
- Bruni, Luigini and Luca Stanca (2006), 'Income aspirations, television, and happiness: evidence from the World Values Surveys', *Kyklos*, 59 (2), 209–25.
- Carreras, M. (2013). The impact of criminal violence on regime legitimacy in Latin America. *Latin American Research Review*, 48(3), 85-107.
- Chioda, Laura. (2017). *Stop the Violence in Latin America : A Look at Prevention from Cradle to Adulthood. Latin American Development Forum*; Washington, DC: World Bank. © World Bank. <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/25920> License: CC BY 3.0 IGO.
- Cogburn, J. D., & Schneider, S. K. (2003). The relationship between state government performance and state quality of life. *International Journal of Public Administration*, 26(12), 1337–1354.
- Di Tella, R., MacCulloch, R. J., & Oswald, A. J. (2001). Preferences over inflation and unemployment: Evidence from surveys of happiness. *The American economic review*, 91(1), 335-341.
- _____. (2003). "The Macroeconomics of Happiness." *Review of Economics and Statistics* 85(4):809–27.
- Di Tella, R., & MacCulloch, R. (2005). Partisan social happiness. *Review of Economic Studies*, 72(2), 367–393
- Dutt, A. K., & Radcliff, B. (Eds.). (2009). *Happiness, economics and politics: towards a multi-disciplinary approach*. Edward Elgar Publishing.
- Estévez, Eduardo. (2003). "Public and Citizen Security in South America: Trends, Controversies and Proposals." In *Public Security in the Americas: New Challenges in the South-North Dialogue*, edited by John Bailey, 1–33. Washington, DC: Georgetown University.
- Flavin, Patrick; Pacek, Alexander C. & Radcliff, Benjamin. (2010) Labor Unions and Life Satisfaction: Evidence from New Data. *Soc Indic Res*, 98: 435–449.
- _____. (2011). State Intervention and Subjective Well-Being in Advanced Industrial Democracies. *Politics & Policy*, 39(2), 251-269.
- _____. (2014). Assessing the impact of the size and scope of government on human well-being. *Social Forces*, 92(4), 1241-1258.
- Frey, Bruno. & Stutzer, Alois. (2002), 'Happiness and economics: how the economy and institutions affect human well being', Princeton, NJ: Princeton University Press.

- _____. (2007), 'Should national happiness be maximized?', Working Paper Series ISSN 1424–0459, Institute for Empirical Research in Economics, Zurich, Switzerland
- Fukuyama, F. (1995), *Trust: The Social Virtues and the Creation of Prosperity*, New York: The Free Press.
- _____. (2004). The imperative of state-building. *Journal of democracy*, 15(2), 17-31.
- _____. (2013). What is Governance?. *Governance: An International Journal of Policy, Administration, and Institutions* 26(2): 347-362.
- _____. (2014). *Ordem política e decadência política: da revolução industrial à globalização da democracia*. Lisboa, D. Quixote.
- Gerth, Hans and C. Wright Mills. (1946). *From Max Weber: Essays in Sociology*. New York: Oxford University Press.
- Glaser, M.A. (1991). The business psyche: exploring relationships between local quality of life and city image. *Public Admin. Q.*:15 (3), 287–303.
- Graham, C., & Pettinato, S. (2001). Happiness, markets, and democracy: Latin America in comparative perspective. *Journal of Happiness Studies*, 2(3), 237-268.
- _____. (2004). *Happiness and hardship: Opportunity and insecurity in new market economies*. Brookings Institution Press.
- Graham, Carol & Sukhtankar, Sandip. (2004). "Does Economic Crisis Reduce Support for Markets and Democracy in Latin America? Some Evidence from Surveys of Public Opinion and Well-being", *Journal of Latin American Studies*, Vol. 36, pp. 349–377.
- Graham, Carol. & Felton, Andrew (2009). Does inequality matter to individual welfare? An initial exploration based on happiness surveys from Latin America. In *Happiness, Economics and Politics Towards a Multi-Disciplinary Approach*, edited by Amitava Krishna Dutt & Benjamin Radcliff. Edward Elgar Publishing.
- Guven, C. (2009). Are happier people better citizens? Economics Series SWP 2009/04, Deakin University Australia.
- Hanson, J.K. & Sigman, R. (2013). 'Leviathan's latent dimensions: measuring state capacity for comparative political research'. Manuscript, Maxwell School of Citizenship and Public Affairs, Syracuse University, New York.
- Headey, B., & Wearing, A. (1992). *Understanding happiness: A theory of subjective well-being*. Melbourne, Australia: Longman Cheshire Pty Limited.
- Helliwell, John F. (2003), 'How's life? Combining individual and national variables to explain subjective well-being', *Economic Modeling*, 20, 331–60 (also INBER Working Paper No. 9065, 2002).
- _____. (2006), 'Well-being, social capital, and public policy: what's new?', *The Economic Journal*, **116**, C34–C45.
- Helliwell, John F. & Putnam, Robert. (2004), 'The social context of well-being', *Philosophical Transactions of the Royal Society of London*, **359**, 1435–46.
- Helliwell, John F. & Huang, Haifang. (2008), 'How's your government? International evidence linking good government and well-being', *British Journal of Political Science*, 38 (4), 596–619.
- Hendrix, Cullen. (2010). Measuring State Capacity: Theoretical and Empirical Implications for the Study of Civil Conflict. *Journal of Peace Research*, 47(3), pp. 273–285.
- Hobbes, Thomas., 1651. *Leviathan*. Adelaide: University of Adelaide Library, 2005.
- Hui, Victoria Tin-bor. (2005). *War and State-Formation in Ancient China and Early Modern Europe*. Oxford: Oxford University Press.

- Janz, Nicole., (2015). Bringing the Gold Standard into the Classroom: Replication in University Teaching. *International Studies Perspectives*, pp. 1–16.
- Kim, S. (2008). Does political intention affect tax evasion?”. Aldershot: Avebury.
- Kim, S., & Kim, D. (2012). Does government make people happy?: Exploring new research directions for government’s roles in happiness. *Journal of Happiness Studies*, 13(5), 875-899.
- King, G. (1995). Replication, Replication. *PS: Political Science and Politics*, 28: 443-499.
- King, Gary; Keohane, Robert O.; Verba, Sidney. (1994). *Designing social inquiry: Scientific inference in qualitative research*. Princeton University Press.
- Kirlin, J.J. (1996). What government must do well: creating value for society. *J. Publ. Adm. Res. Theor*: 6 (1), 161–185.
- Lubian, D., & Zarri, L. (2011). Happiness and tax morale: An empirical analysis. *Journal of Economic Behavior & Organization*, 80(1), 223-243.
- Lyubomirsky, S., Diener, E., & King, L. (2005). The benefits of frequent positive affect: Does happiness lead to success? *Psychological Bulletin*, 131, 803–855.
- Mainwaring, S., & Scully, T. R. (2008). Latin America: Eight lessons for governance. *Journal of Democracy*, 19(3), 113-127.
- Mann, Michael. (1984). The Autonomous Power of the State: Its Origins, Mechanisms, and Results. *European Journal of Sociology* 25 (2): 185–213.
- Manrique, Luis Esteban. (2006). *Un poder paralelo: El crimen organizado en América Latina*. Madrid: Real Instituto Elcano.
- McAdam, Doug, Sidney Tarrow, and Charles Tilly. (2001). *Dynamics of Contention*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Migdal, J. S. (Ed.). (2004). *Boundaries and belonging: States and societies in the struggle to shape identities and local practices*. Cambridge University Press.
- Murray, Charles (1988), *In Pursuit of Happiness and Good Government*, New York: Simon & Schuster
- Myers, David. (1993). *The Pursuit of Happiness*. New York: Avon Books.
- Myers, David. & Ed Diener. (1995). Who Is Happy? *Psychological Science* 6 (January):10-9.
- OECD (2018). Tax revenue as % of GDP. <http://stats.oecd.org/> Acesso em 03.jan.2018.
- Ott, J. C. (2011). Government and Happiness in 130 Nations: Good Governance Fosters Higher Level and More Equality of Happiness. *Soc Indic Res*, 102:3–22
- Ottervik, M. (2013). Conceptualizing and measuring state capacity. *QoG Working Paper Series*, 2013(20), 20.
- Pacek, Alexander C. (2009), Politics and happiness: an empirical ledger. In *Happiness, Economics and Politics Towards a Multi-Disciplinary Approach*, edited by Amitava Krishna Dutt & Benjamin Radcliff. Edward Elgar Publishing.
- Pacek, Alexander & Radcliff, Benjamin. (2008), ‘Assessing the welfare state: the politics of happiness’, *Perspectives on Politics*, 6 (2), 267–77.
- Putnam, Robert (1993). *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy*, Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Putnam, Robert (2000). *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*, New York: Simon & Schuster.
- Radcliff, B. (2001). Politics, markets and life satisfaction: The political economy of human happiness. *American Political Science Review*, 95(4), 939–952.

- Rothstein, Bo. (2011). *The Quality of Government: Corruption, Social Trust, and Inequality in International Perspective*. Kindle Edition
- Saiz, M.; Clarke, S.E. (1999). Economic development and infrastructure policy. In *Politics in the American States: A Comparative Analysis*, 7th Ed.; Gray, V., Hanson, R.L., Jacob, H., Eds.; CQ Press: Washington, DC, 474–505.
- Scully, G. W. (2001). Government expenditure and quality of life. *Public Choice*, 108, 123–145.
- Scruggs, Lyle. (2005). "Comparative Welfare Entitlements Dataset." Department of Political Science, University of Connecticut.
- Skocpol, Theda. (1979). *States and Social Revolutions: A Comparative Analysis of France, Russia, and China*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Stutzer, Alois. (2009). Happiness when temptation overwhelms willpower. In *Happiness, Economics and Politics Towards a Multi-Disciplinary Approach*, edited by Amitava Krishna Dutt & Benjamin Radcliff. Edward Elgar Publishing.
- Tilly, Charles. (1975). Reflections on the History of European State-Making. In *The Formation of National States in Western Europe*, edited by Charles Tilly. Princeton University Press: Princeton.
- Torgler, B. (2007). *Tax Compliance and Tax Morale: A Theoretical and Empirical Analysis*, Edward Elgar Publishing, Cheltenham, UK.
- _____. (2016). Tax compliance and data: What is available and what is needed. *Australian Economic Review*, 49(3), 352-364.
- Torgler, B., & Schneider, F. (2007). Shadow economy, tax morale, governance and institutional quality: a panel analysis. *Governance and Institutional Quality: A Panel Analysis*.
- Veenhoven, Ruut (1990), 'Inequality in happiness. Inequality in countries compared between countries', Paper presented at the 12th World Congress of Sociology, Madrid, Spain, July.
- _____. (1996), 'Developments in satisfaction research', *Social Indicators Research*, 37 (1), 1–46.
- _____. (1999). "Quality of Life in Individualistic Society: A Comparison of 43 Nations in the Early 1990s." *Social Indicators Research* 48:157–86.
- _____. (2000), 'Well being in the welfare state: level not higher, distribution not equitable', *Journal of Comparative Policy Analysis*, 2, 91–125.
- _____. (2009). How do we assess how happy we are? Tenets, implications and tenability of three theories. In *Happiness, Economics and Politics Towards a Multi-Disciplinary Approach*, edited by Amitava Krishna Dutt & Benjamin Radcliff. Edward Elgar Publishing.
- Veenhoven, Ruut. & Ouweneel, P. (1995), 'Livability of the welfare state: appreciation of life and length of life in nations varying in state welfare effort', *Social Indicators Research*, 36, 1–14.
- Watson, David, & Clark, Lee. (1991). "Self-Versus Peer-Ratings of Specific Emotional Traits." *Journal of Personality and Social Psychology* 60 (May): 927-40.
- Weber, Max (1919) "A política como vocação". In H. H. Gerth e C. Wright Mills, orgs. (1967) *Max Weber - Ensaios de Sociologia*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos: 55-89.
- _____. (1968). *Economy and Society: An Outline of Interpretive Sociology*. Edited by Guenther Roth and Claus Wittich. Berkeley: University of California Press.